



JORNAL da REPÚBLICA

§ 0.25

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

SUMÁRIO

PARLAMENTO NACIONAL :

Resolução do Parlamento Nacional N.º 21 /2021 de 18 de Agosto

Aprova o local para a construção do novo edifício do Parlamento Nacional 941

Deliberação da Comissão Permanente N.º 4 /2021

Convocação do Parlamento Nacional 943

CONSELHO DE IMPRENSA :

Deliberação N.º 2 /2021, de 13 de Agosto

Aprovação do pedido de Registo da Sociedade sem fins lucrativos “ Fundação Radio Rakambia”, “Radio Rakambia “(Ramelau, Kablaki e Matebian)” como Órgão de comunicação social 943

RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL N.º 21/2021

de 18 de Agosto

APROVA O LOCAL PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO DO PARLAMENTO NACIONAL

Desde que se idealizou a construção do novo edifício do Parlamento Nacional, há mais de 15 anos, a escolha do sítio para a construção foi variando em função da escolha dos vários Presidentes. A escolha do local da construção de um edifício não pode ser uma decisão individual, ainda que seja do Presidente, figura mais importante, pelas competências que lhe são cometidas e por ser órgão de administração. A decisão da escolha do local onde é edificado o edifício de um parlamento, não é mero ato de administração, pois tem conotações de decisão política. Por isso tem de ser uma escolha de toda a Casa.

Convém que essa escolha seja fixada em termos definitivos, formalizada em ato próprio do Parlamento Nacional que

consagra a deliberação de toda a Casa, de maneira a que, passados os anos que passarem sem que se tenha iniciado a construção, não se venha a cair na tentação de se mudar para outro lugar; e ainda que se venha a mudar já não será por mera decisão de uma só pessoa, o Presidente, mas de todo o Parlamento. Portanto, por esta forma garante-se maior estabilidade à escolha.

A escolha definitiva, formalizada em ato próprio do Parlamento, como expressão da deliberação do órgão de soberania, tem o condão de veicular uma clara mensagem a todas as instituições públicas que haverão de ser mobilizadas e implicadas no esforço da construção, designadamente o Governo, de que já se deu o primeiro passo necessário à construção e de que há uma intenção firme do Parlamento de arrancar de forma decisiva com a construção do seu novo edifício.

Considerando as várias opções que lhe foram apresentadas e tendo ponderado sobre cada uma delas, com base em considerações de ordem urbanista, relacionadas com planeamento e ordenamento urbano da zona a escolher; de ordem técnica, relacionadas com a topografia, a geologia, o grau de infraestruturação urbanística do local e acesso a serviços, a atual ocupação do terreno e as implicações sociais e financeiras, bem como de tempo, para a sua desocupação; e, por fim, de ordem financeira, relacionadas com os custos a incorrer de acordo com a escolha do local e em função das variantes acima identificadas;

O Parlamento Nacional resolve, nos termos do artigo 92.º *in fine* da Constituição da República, o seguinte:

1. É designado como lugar para a construção do novo edifício do Parlamento Nacional o lote de terreno situado bairro de Caicoli, delimitado a norte pela Av. 20 de Maio, a oeste pela Rua Mártires da Pátria, a sul pelo edifício do Ministério da Solidariedade Social e Rua de Caicoli, e a leste pela Rua de Moçambique, conforme representado na planta que constitui o anexo à presente Resolução.
2. O Parlamento Nacional oferece-se para prestar e insta reciprocamente a melhor colaboração de todas as instituições públicas implicadas nos trabalhos que doravante terão lugar com vista à construção do novo edifício, designadamente os Departamentos do Governo titulares dos serviços de Terras e Propriedades, de Ordenamento do Território, de Habitação e Urbanismo, de Edifícios Públicos e de Aprovisionamento.

3. O Parlamento Nacional pretende fazer o lançamento da primeira pedra no dia 22 de março de 2022, data que marca a passagem do 20.º Aniversário da Aprovação da Constituição da República, altura pela qual espera estar o terreno completamente desocupado e livre de quaisquer impedimentos.

Aprovada em 10 de agosto de 2021.

Publique-se.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Aniceto Longuinhos Guterres Lopes

Anexo



DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE N.º 4/2021

Convocação do Parlamento Nacional

No dia 9 de Agosto de 2021, o Parlamento Nacional recebeu de Sua Excelência o Senhor Presidente da República a comunicação do veto por inconstitucionalidade do Decreto do Parlamento Nacional n.º 43/V – Primeira Alteração à Lei n.º 6/2016, de 26 de maio, Lei do Recenseamento Eleitoral, em consequência, do Acórdão do Tribunal de Recurso NUC. n.º 0067/21/TRDIL, Processo 02/INCONSTITUCIONALIDADE/2021/TR, de 6 de agosto que declarou .

Nos termos dos artigos 115º a 117º do Regimento, o Parlamento Nacional pode, no prazo de 90 dias, proceder a nova apreciação do decreto, com o objectivo de expurgar ou confirmar a norma declarada inconstitucional.

Assim, a Comissão Permanente do Parlamento Nacional, em reunião de 17 de agosto de 2021, delibera, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 102.º da Constituição da República, e do artigo 48.º do Regimento, promover a convocação do Parlamento Nacional para o dia 24 de agosto de 2021, às 10 horas, para proceder à realização de uma reunião plenária extraordinária para efeitos de nova apreciação do Decreto do Parlamento Nacional n.º 43/V – Primeira Alteração à lei n.º 6/2016, de 26 de maio, Lei do Recenseamento Eleitoral.

Aprovada, em 17 de agosto de 2021.

Publique-se.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Aniceto Longuinhos Guterres Lopes

DELIBERAÇÃO N.º 2/2021, de 13 de Agosto

Aprovação do pedido de Registo da Sociedade sem fins lucrativos “Fundação Radio Rakambia”, “Radio Rakambia “(Ramelau, Kablaki e Matebian)” como Órgão de comunicação social

No cumprimento do artigo 28.º da Lei N.º 5/2014, de 19 de Novembro, Lei da Comunicação Social, e do artigo 1.º do Regulamento N.º 2/2017, de 7 de Março, o registo dos órgãos de comunicação social é obrigatório. Com base nesta determinação, o Conselho de Imprensa deve assegurar a existência de um registo que inclua todos os órgãos de comunicação social, nacionais ou estrangeiros, que realizem distribuição no território nacional.

Assim, o Conselho de Imprensa recebeu um requerimento subscrito por Cristiana Ximenes Belo, de 9 de julho de 2021, solicitando o registo como órgão de comunicação social, da sociedade sem fins lucrativos “Fundação Radio Rakambia”, e o registo da publicação periódica diária com formato “Radio Rakambia (Ramelau, Kablaki e Matebian).

O Conselho de Imprensa, nos termos do numero 1 do artigo 18.º e do artigo 27.º do Regulamento N.º 2/2017, de 7 de março, processou o número de registo N.º 03/DRAJ-CI/VII/2021 e verificou todos os documentos necessários, concluindo-se pela inexistência de qualquer elemento que obstasse ao deferimento do mesmo.

Assim, o Conselho de Imprensa, como entidade reguladora para a Comunicação Social, delibera, no exercício da competência prevista no artigo 37.º do seu Estatuto, aprovar o pedido de registo da sociedade sem fins Lucrativos “Fundação Radio Rakambia”, como órgão de comunicação social e o registo da publicação periódica diária “Radio Ramkabia (Ramelau, Kablaki e Matebian)”.

Diili, 13 de Agosto de 2021

Pelos membros do Conselho de Imprensa,

Virgílio da Silva Guterres
Presidente

Benevides Correia Barros
Membro

Expedito Loro Dias Ximenes
Membro

Francisco Belo Simões da Costa
Membro

Otelio Ote
Membro